



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Termo de Referência nº 4057954/2026 - SEMUS

São Luís - MA, 27 de maio de 2026

QUADRO RESUMO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15901.013249/2025	ÓRGÃO INTERESSADO: Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária-SVES.
OBJETO: Registro de preços a serem consignados em Ata para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos de uso veterinário para atender demanda da Unidade de Vigilância em Zoonoses de São Luís - MA.	
TIPO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
VALOR ESTIMADO: R\$ 40.100,50 (quarenta mil, cem reais e cinquenta centavos).	
SIGILOSO: NÃO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 0,01
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO	QUANTIDADE DE ITENS: 05
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: UNITÁRIO	FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO	
EXIGE AMOSTRA: NÃO	EXIGE PROVA DE CONCEITO: NÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto o registro de preços a serem consignados em Ata para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos de uso veterinário para atender demanda da Unidade de Vigilância em Zoonoses de São Luís – MA. Através do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANT	CATMAT
1	DIAZEPAM, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL.	ampola 2ml	3.000	267194
2	PROPOFOL, DOSAGEM:20 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:EMULSÃO INJETÁVEL.	ampola 20 ml	1.000	305936
3	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA, SEM VASOCONSTRITOR CONCENTRAÇÃO:2% FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL.	Frasco 20 ml	50	269843
4	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO: 10 VOLUMES.	Frasco 1L	50	277319
5	MELOXICAM, CONCENTRAÇÃO: 2 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO	Frasco 50ml	250	407453

1.2.1 Para fins de adequação à nova reedição do procedimento licitatório no sistema Compras.gov, informa-se que foi necessária a renumeração dos itens, em conformidade com as exigências operacionais da plataforma.

1.2.2 Nesse contexto, esclarece-se que os atuais itens 3, 4 e 5 correspondem, respectivamente, aos antigos itens 4, 6 e 9.

1.2.3 Ressalta-se que tal renumeração decorre exclusivamente de ajustes sistêmicos, não implicando qualquer alteração no objeto, nas especificações técnicas ou nas condições originalmente previstas no certame.

1.3. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

1.3.1 O objeto desta contratação é de natureza comum, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, em razão das especificações técnicas serem de conhecimento amplo, que atendem a métodos e técnicas preestabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, onde operam diversos agentes comerciais hábeis à contratação.

1.3.2 Ainda, a presente contratação, tem natureza continuada, tendo em vista que a demanda da UVZ por medicamentos é constante e contínua, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.4.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, prorrogável pelo mesmo período, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. CONDIÇÕES DA ENTREGA

1.5.1 O prazo de início: O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

1.6. LOCAL DE ENTREGA

1.6.1 Os itens/produtos deverão ser entregues nas dependências do Almoxarifado da SEMUS-SLZ, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-302 - Maracanã - São Luís/MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.

1.7. RECEBIMENTO DO OBJETO

1.7.1 Provisoriamente: Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

1.7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

1.7.3. **Definitivamente:** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

1.7.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante com posterior aceite ou não, podendo ser passível de sanção.

1.7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

1.7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

1.7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

1.7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

1.8. GARANTIA

1.8.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Cães e gatos são suscetíveis a diversas zoonoses - doenças transmissíveis aos seres humanos - como raiva, giardíase, febre maculosa, difilarirose, leishmaniose, leptospirose, esporotricose, entre outras. Nos últimos anos, observou-se um crescimento expressivo do número de animais de estimação por domicílio, reflexo da crescente domesticação desses animais. Paralelamente, houve também um aumento significativo no número de animais em situação de abandono, o que amplia os riscos sanitários e sociais associados.

2.1.2. Nesse contexto, a castração se apresenta como uma das principais estratégias de controle populacional de cães e gatos. A esterilização cirúrgica contribui diretamente para a redução do número de filhotes errantes, diminui os índices de abandono e previne o agravamento de situações de vulnerabilidade animal. É importante destacar que o procedimento, quando realizado de forma adequada, não compromete o bem-estar dos animais, sendo reconhecido como uma medida segura, ética e necessária.

2.1.3. A Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ) de São Luís, vinculada à Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária (SEMUS), atua de maneira estratégica na vigilância, prevenção e controle de zoonoses que impactam diretamente a saúde pública e o bem-estar animal. As atividades da UVZ são fundamentais para a mitigação de riscos sanitários, a promoção da saúde coletiva e a garantia de cuidados adequados aos animais atendidos.

2.1.4. Dentre as principais ações executadas pela UVZ, destaca-se o Programa de Manejo Populacional Ético de São Luís, que visa ao controle populacional de cães e gatos por meio de cirurgias de castração realizadas de maneira responsável e humanitária. Esse programa atende o estabelecido na Lei Federal nº 13.426 de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a política de controle de natalidade de cães e gatos.

2.1.5. A UVZ também atua no acolhimento de animais em situação de vulnerabilidade, muitos dos quais são provenientes de resgates, abandono ou denúncias de maus-tratos. Atualmente a unidade tutela diversos cães e gatos que necessitam de cuidados médicos, incluindo pequenos procedimentos cirúrgicos, vacinação, vermifugação e castração.

2.1.6. Para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, é imprescindível a aquisição regular de medicamentos e insumos veterinários. Anestésicos, antibióticos, anti-inflamatórios, soluções antissépticas, entre outros, são indispensáveis para garantir a segurança dos procedimentos cirúrgicos, promover o bem-estar dos animais e evitar complicações pós-operatórias.

2.1.7. A indisponibilidade desses insumos comprometeria diretamente a continuidade dos serviços prestados e das ações de castração, afetando negativamente a qualidade do atendimento, a segurança dos procedimentos e, consequentemente, o bem-estar dos animais e da equipe técnica envolvida. Além disso, a paralisação dessas atividades impactaria negativamente as estratégias de controle de zoonoses e o alcance das metas estabelecidas.

2.1.8. Cabe ressaltar que a prestação de assistência veterinária adequada é uma responsabilidade ética e legal. A negligência no cuidado com animais doentes ou feridos pode ser caracterizada como maus-tratos, conforme previsto na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que estabelece sanções administrativas e penais para condutas lesivas ao meio ambiente e aos animais.

2.1.9. Ressalta-se, ainda, a urgência da presente contratação, considerando que os medicamentos utilizados nas últimas ações de castrações realizadas pela UVZ foram obtidos exclusivamente por meio de doações. Os processos administrativos abertos nos dois últimos anos (Proc. 17378/2023, Proc. nº 15901004231/2024 e Proc. nº 15901004231/2024), com o objetivo de adquirir tais insumos não lograram êxito, o que reforça a necessidade de uma nova iniciativa com maior celeridade e efetividade.

2.1.10. Portanto, a futura aquisição de medicamentos mostra-se fundamental para a continuidade e eficiência dos serviços prestados pela UVZ. Tal medida é imprescindível para a manutenção das ações de castração e para o cumprimento das metas de controle e prevenção de zoonoses estabelecidas pelos órgãos de saúde, além de reafirmar o compromisso do município com a saúde pública, o bem-estar animal e o cumprimento das obrigações legais estabelecidas.

2.2. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:

2.2.1 Informamos que a despesa em questão está devidamente prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício corrente. Dessa forma, está plenamente alinhada às prioridades e aos objetivos organizacionais estabelecidos no planejamento administrativo e em conformidade com as normas vigentes.

2.2.2 O PCA, que detalha todas as contratações do período, está sob a referência ID 247 e CLASSE 113.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Frente a solução encontrada, que consiste na aquisição de medicamentos de uso veterinário indispensáveis à execução dos procedimentos e serviços prestados pela Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ), de modo a garantir as quantidades necessárias para procedimentos cirúrgicos de castração e demais intervenções médico-veterinárias.

3.2 Concluída a etapa de aquisição, os medicamentos deverão ser entregues diretamente no Almoarifado Central da SEMUS/São Luís – MA, em suas embalagens originais, íntegras e invioladas, devidamente rotuladas conforme a legislação sanitária vigente. Caberá à contratada assegurar o transporte adequado, de modo a preservar a qualidade, a segurança e a rastreabilidade dos produtos até o recebimento definitivo pela administração.

3.3 Após o recebimento, os medicamentos serão conferidos pela equipe técnica responsável e registrados no sistema de controle de estoque da SEMUS, garantindo rastreabilidade e gestão adequada dos insumos. O armazenamento será realizado em condições ambientais compatíveis com as recomendações do fabricante e com as normas sanitárias vigentes, de forma a preservar sua eficácia, integridade e prazo de validade.

3.4 A distribuição dos medicamentos será realizada de forma planejada, conforme a programação de procedimentos da UVZ, observando critérios técnicos de uso racional, segurança terapêutica e controle de desperdícios. A gestão de consumo ficará sob responsabilidade da equipe médico-veterinária da Unidade, que deverá registrar e monitorar a utilização de insumos, garantindo eficiência no emprego dos recursos públicos e efetividade das ações de saúde animal.

3.5 Dessa forma, a contratação atenderá plenamente às necessidades da Administração, promovendo efetividade nas ações de saúde pública e bem-estar animal no município de São Luís.

4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Sobre a adoção do SRP, o art. 1º, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.276/2026, dispõe o seguinte:

§ 1º O SRP será adotado preferencialmente quando:

- I - contratações frequentes em razão das características do bem ou serviço;
- II – entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa;
- III - atendimento a múltiplos órgãos ou entidades ou a programas de governo;
- IV - impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

4.1.1 Considerando as características do objeto e que ainda não foi possível a definição do quantitativo real demandado, restou configurada a subsunção do inciso IV do referido Decreto.

4.1.2 Diante do exposto, a presente aquisição será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.

4.2 **Do quantitativo mínimo a ser cotado**, de acordo com o artigo 82, inciso II da lei nº 14133/2021.

4.2.1 Devem ser consideradas as quantidades mínimas de 100% (cem por cento) do solicitado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 DA CONTRATAÇÃO

5.2 Os medicamentos de uso humano (medicações psicotrópicas e sedativas) devem estar registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

5.3 Os medicamentos de uso veterinário devem estar registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou;

5.4 Deve ser apresentada cópia legível do Diário Oficial onde conste a concessão do produto/material pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou órgão competente ou;

- 5.5 Apresentar Declaração de Isenção de Registro expedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, caso o produto ofertado seja isento de registro.
- 5.6 A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021.
- 5.7 Os medicamentos de uso humano, psicotrópicos e analgésicos de uso controlado, devem ser rotulados e embalados de acordo com a normas da ANVISA.
- 5.8 Medicamentos de uso veterinário, devem ser rotulados e embalados de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- 5.9 O custo referente ao transporte dos medicamentos será de responsabilidade da contratada.
- 5.10 Todas as medicações devem ser transportadas de acordo com as condições de conservação exigidas pelo fabricante.
- 5.11 Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais e individuais, dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio.
- 5.12 O prazo de validade das medicações não poderá ser inferior a 12 meses, a contar da data da entrega.
- 5.13 **DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**
- 5.13.1 Devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 5.13.2 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360 de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.
- 5.13.3 Para os produtos sujeitos ao controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a licitante deverá apresentar a Licença de funcionamento do estabelecimento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos do DECRETO Nº 5.053/04.
- 5.13.4 O transporte deverá respeitar as boas práticas de conservação de medicamentos, garantindo que produtos termolábeis (ex: anestésicos) sejam acondicionados em cadeia de frio eficiente, evitando perdas e descartes.
- 5.13.5 Sempre que possível, as embalagens deverão ser recicláveis ou reutilizáveis (ex: frascos de vidro ou plásticos de alta reciclabilidade).
- 5.13.6 O fornecedor deverá orientar quanto ao descarte ambientalmente adequado de medicamentos vencidos ou inutilizados, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010.
- 5.14 **SUBCONTRAÇÃO**
- 5.15 Não será admitida a subcontratação do objeto.
- 5.16 **GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO**
- 5.16.1 Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que não se aplica a nenhuma hipóteses previstas nos incisos I e II do referido decreto.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1 **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 6.1.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 6.1.2 Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.1.4 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.1.5 Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.
- 6.1.6 A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente compra junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos.
- 6.1.7 Os custos com substituição de produtos apresentados em desacordo com as especificações técnicas, correrão por conta da Contratada.
- 6.1.8 Quando da formalização do instrumento de contrato poderão ser previstos outros direitos e obrigações a critério da administração, no termos da lei e do Edital.
- 6.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.
- 6.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto.
- 6.1.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 6.1.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.1.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2 **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
- 6.2.1 São obrigações do Contratante além das constantes todas as obrigações deste termo de referência, edital e seus anexos;
- 6.2.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada;
- 6.2.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.2.1.3 Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.2.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;
- 6.2.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.2.1.6 Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 6.2.1.7 Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 6.2.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):
- 6.2.1.8.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 6.2.1.8.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela contratada;
- 6.2.1.8.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da contratada;
- 6.2.1.8.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 6.2.1.8.5 demandar a funcionário da contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 6.2.1.8.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da contratada.
- 6.2.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;
- 6.2.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.2.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 6.2.1.10.2 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 6.2.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 6.2.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 6.3 **OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**
- 6.3.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- 6.3.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 6.3.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 6.3.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 6.3.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 6.3.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 6.3.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 6.3.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 6.3.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.3.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.3.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.3.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.3.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6.4 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.4.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

6.4.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- g) der causa à inexecução parcial do contrato;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- i) der causa à inexecução total do contrato;
- j) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- k) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- l) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- m) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- n) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

6.4.3 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência

II. Multa:

- a. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- b. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo **5% (cinco por cento)**, pela

inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1. O atraso superior a **30 dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021

c. compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. Impedimento de licitar e contratar

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

6.4.4 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4.5 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4.5.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4.5.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.4.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.4.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.4.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4.10 O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.4.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

7.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

- 7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 7.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
- 7.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.8.1.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 7.9. GESTOR DO CONTRATO
- 7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.9.5. O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 7.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 8.1. LIQUIDAÇÃO:
- 8.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.
- 8.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.1.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.2. PRAZO DE PAGAMENTO:
- 8.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.
- 8.2.2. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:
- $$EM = I \times N \times VP / I = (6/100)$$

365

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

8.3. FORMA DE PAGAMENTO

- 8.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.4. DO REAJUSTE
- 8.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.4.2. Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.4.2.1 O prazo para conclusão do item anterior deverá ser em 30 (trinta) dias úteis, após o pedido do contratado, podendo ser prorrogado igualmente, desde que devidamente justificado.
- 8.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** por item para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2. Os materiais a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

9.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, alugueis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

9.1.4. Será adotado o modo de disputa **ABERTO/FECHADO**.

9.1.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

9.1.6. Em caso de empate, deve ser priorizadas, as licitantes que:

9.1.6.1. Promovam emprego local ou regional, fortalecendo a economia e geração de renda sustentável.

9.1.6.2. Adotem como prática de responsabilidade social a inclusão de pessoas com deficiência e igualdade de oportunidades.

10. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Os documentos apresentados referentes a comprovação da inscrição do ato constitutivo da pessoa jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2 QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.3. Certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.4. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

10.2.5. Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

10.2.6. CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do seu prazo de validade.

10.2.7. CNDT – Certidão de Negativa de Débito Trabalhista.

10.2.8. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

10.2.9. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

10.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

10.3.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10.3.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

10.3.4.1. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.3.5.1. A exigência de índices está se limitando à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato.

10.3.5.2. Ressalta-se, ainda, que os índices e valores solicitados são usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira pela corte suprema de contas do Brasil. Ademais, não está sendo exigida a comprovação de rentabilidade ou lucratividade, através dos índices, mas, tão somente, a demonstração que a licitante será capaz de arcar com o contratado pela administração.

10.3.5.3. Assim, os índices adotados são capazes de indicar se a empresa possui recursos disponíveis (bens e direitos realizáveis a curto prazo) para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo. Logo, eles medem a solvência da empresa, inclusive medem a capacidade da empresa para saldar suas dívidas. O Índice de Liquidez Corrente (LC), em especial, é o índice que reflete a situação dos compromissos financeiros de curto prazo em face ao ativo realizável de curto prazo. A relação deve ser superior a 1 (um), pois assim demonstra que a empresa possui recursos suficientes para saldar seus compromissos financeiros vencidos a curto prazo. Observa-se que se o índice obtido for igual a um, demonstra a capacidade de solvência necessária para cumprir com seus compromissos de curto prazo. E quando superior, indica folga para tomada de decisões.

10.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.3.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

10.3.8. Da apresentação da proposta

10.3.8.1. As licitantes deverão apresentar:

10.3.8.1.1. Catálogos e material (is) ilustrativo(s) original (is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original.

10.3.8.1.1.1. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a "FONTE" (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;

10.3.8.1.2. **Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, dentro do prazo de validade em nome do fabricante, conforme art. 12 da Lei nº 6.360/1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

10.3.8.1.2.1. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da supracitada Lei.

10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.1. Para fins de habilitação técnica, serão exigidos os seguintes documentos:

10.4.2. **Licença Sanitária Estadual ou Municipal**, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) em nome do licitante.

10.4.2.1. Em caso de Licença Sanitária Vencida, a Licitante deverá apresentar cópia autenticada, atualizada e legível da solicitação (Protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia da Licença Sanitária vencida, desde que atente ao Art. 25 da Lei Nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. "A revalidação de licença deverá ser requerida nos primeiros 120 (cento e vinte) dias de cada exercício;

10.4.2.2. **Comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE)** de acordo com o produto licitado, através de cópia legível da sua publicação no DOU, ou cópia emitida eletronicamente através do site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em nome do licitante.

10.4.2.3. **Autorização de Funcionamento (AE)** vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 40.100,50 (quarenta mil, cem reais e cinquenta centavos)**, conforme o apêndice I - Planilha Descritiva e Orçamentária.

unitários apostos no Apêndice I.

12. DOS APÊNDICES

12.1. Integra este termo de referência:

APÊNDICE I – Planilha Descritiva e Orçamentária

ELABORADOR:

João Henrique Polary Ramos
Consultor de Compras/SUMAPA
Matrícula: 70284

CIENTE:

Diego de Jesus Abreu Mota
Coordenador de Compras e Registro
Matrícula: 48111

APÊNDICE I
Planilha Descritiva e Orçamentária

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANT	CATMAT	BANCO DE PREÇOS MEDIANA		VALOR TOTAL ESTIMADO
MEDICAÇÕES PSICATIVAS E GERAIS							
ITEM 01 - COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
1	DIAZEPAM, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL.	ampola 2ml	3.000	267194	R\$	0,84	R\$ 2.520,00
ITEM 02 - COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
2	PROPOFOL, DOSAGEM:20 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:EMULSÃO INJETÁVEL .	ampola 20 ml	1.000	305936	R\$	13,06	R\$ 13.060,00
ITEM 04 - COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
3	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA, SEM VASOCONSTRITOR CONCENTRAÇÃO:2% FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL.	Frasco 20 ml	50	269843	R\$	9,31	R\$ 465,50
ITEM 06 - COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
4	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO: 10 VOLUMES.	Frasco 1L	50	277319	R\$	14,55	R\$ 727,50
MEDICAÇÃO DE USO VETERINÁRIO (INJETÁVEL)							
ITEM 09 - COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
5	MELOXICAM, CONCENTRAÇÃO: 2 MG/ML, FORMA	Frasco 50ml	250	407453	R\$	93,31	R\$ 23.327,50

FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO	
--	--

VALOR TOTAL	R\$ 40.100,50
-------------	---------------



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Diego De Jesus Abreu Mota, Coordenador**, em 28/05/2026, às 09:23, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **JOÃO HENRIQUE POLARY RAMOS, Administrativo**, em 28/05/2026, às 11:36, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **4057954** e o código CRC **FB93FF20**.

Processo nº: 15901.013249/2025

Documento nº: 4057954v2 - SEMUS

Criado por [joao.ramos](#), versão 2 por [joao.ramos](#) em 27/05/2026 18:09:24.